

Destinatários:

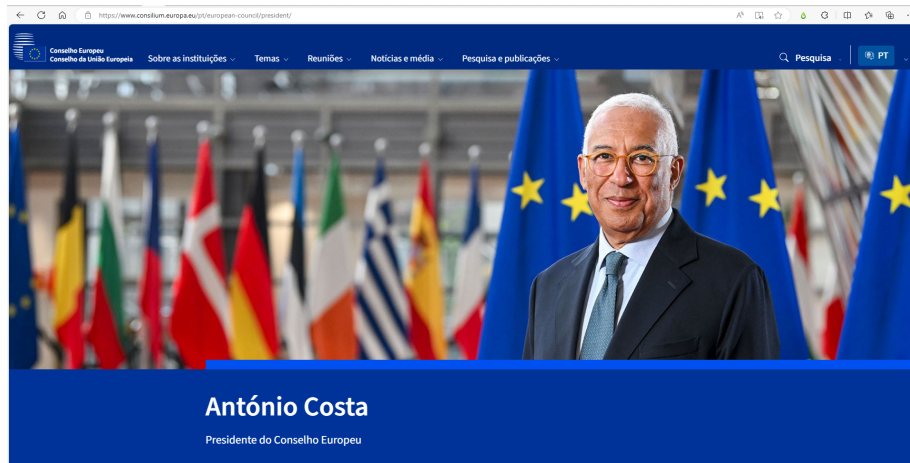
Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

223 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 2 a 6 de dezembro de 2024

1. PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU	1
2. PRESIDÊNCIA POLACA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA	2
3. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	3
ECON	3
IMCO	4
PETI - audições para provedor de Justiça da UE	4
AFET	5
SEDE	6
4. NATO - REUNIÃO MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	6
5. MERCOSUL	7
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROJUST	8
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
EPSCO	8
Conselho TTE	9
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9
Cooperação interparlamentar	9

1. PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU

No dia 1 de dezembro, **António Costa iniciou funções como Presidente do Conselho Europeu**, sucedendo ao belga Charles Michel. Na cerimónia de passagem de testemunho (detalhe [aqui](#)), realizada a 29 de novembro, António Costa destacou a centralidade da unidade e resiliência da União Europeia face aos desafios contemporâneos, sublinhando que *"a Europa é, acima de tudo, um projeto de paz."* Referindo-se à guerra na **Ucrânia**, Costa apelou à construção de uma *"paz justa e duradoura, baseada no Direito Internacional,"* reforçando o compromisso da UE com valores fundamentais como a liberdade, a democracia e os direitos humanos. Este compromisso, argumentou, deve ser a base da ação europeia tanto interna como externamente.



Costa enfatizou ainda a diversidade como uma força intrínseca da União Europeia. **"A riqueza da Europa reside nas suas diferenças,"** afirmou, sublinhando que a integração europeia é um exemplo de como histórias e culturas distintas podem convergir em torno de um objetivo comum. Destacou o papel da UE como um ator global que deve promover a inclusão e a cooperação, afirmando que *"uma Europa forte não se constrói isolando-se, mas construindo pontes com o resto do mundo."* Referiu-se à importância de uma abordagem equilibrada, que reconheça as necessidades e perspetivas tanto do Norte como do Sul globais.

Sobre o **alargamento** da União Europeia, Costa classificou-o como *"um dos instrumentos mais poderosos de paz, segurança e prosperidade."* Reiterou que este é um objetivo geopolítico de grande importância, especialmente no contexto da adesão de países como a Ucrânia e a Moldávia. Salientou que tanto a União como os países candidatos precisam de trabalhar *"mais e mais depressa"* para avançar, alertando para os perigos de *"impor prazos artificiais ou obstáculos desnecessários."* Com esta visão, Costa comprometeu-se a liderar o Conselho Europeu com determinação, promovendo a coesão e a visão estratégica num momento crítico para o futuro da Europa.

No seu primeiro dia como Presidente do Conselho Europeu, **António Costa visitou Kyiv** e, durante uma [conferência de imprensa conjunta](#) com o Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy, reafirmou o compromisso inabalável da União Europeia com a soberania e integridade territorial da Ucrânia. Costa enfatizou que *"a soberania ucraniana, a integridade do seu território, as suas próprias fronteiras devem ser respeitadas."* Condenou veementemente a agressão russa, classificando-a como *"não provocada, imoral e ilegal,"* e sublinhou que *"a paz deve prevalecer e a invasão deve ser derrotada."*

O Presidente do Conselho Europeu anunciou medidas concretas de apoio à Ucrânia, incluindo um financiamento adicional de 4,2 mil milhões de euros para o orçamento ucraniano ainda este mês. Além disso, a partir do próximo mês, a UE planeia fornecer 1,5 mil milhões de euros mensais durante um ano, totalizando 18 mil milhões de euros. Costa destacou que estes fundos provêm de ativos russos congelados e podem ser utilizados para fins militares, reforçando a capacidade de defesa da Ucrânia. Anunciou também que a UE está a

preparar um 15.º pacote de sanções contra o regime de Putin, visando enfraquecer a capacidade da Rússia de continuar a guerra.

Em relação à adesão da Ucrânia à União Europeia, Costa elogiou os progressos significativos do país, afirmando que *"os ucranianos estão a escrever um novo manual sobre como realizar reformas profundas enquanto lutam por sua sobrevivência nacional."* Comprometeu-se a trabalhar para abrir pelo menos dois clusters das negociações de adesão durante o primeiro semestre do próximo ano e mencionou a integração gradual em áreas políticas específicas, como o *roaming* e a entrada de certos produtos no mercado único. Costa concluiu reafirmando o apoio contínuo da UE: *"Estamos firmemente ao lado do vosso direito à autodefesa, soberania e integridade territorial."*

2. PRESIDÊNCIA POLACA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

A partir do dia 1 de janeiro de 2025, a **Polónia assumirá a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia**, por um período de seis meses (para mais informação sobre esta Presidência, consultar esta [infografia](#)). Esta semana, a Conferência dos Presidentes do PE (equivalente à Conferência de Líderes), visitou Varsóvia para debater as prioridades da Presidência polaca (detalhe do programa [aqui](#)).

No seu [discurso em Varsóvia](#), a 5 de dezembro de 2024, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, destacou a importância de uma Polónia forte para o fortalecimento da Europa, afirmando: *"Uma Polónia forte significa que uma Europa forte é real."* Sublinhou que a Polónia é *"um pilar da nossa União"* e enfatizou a necessidade de *"trabalhar juntos para enfrentar os desafios comuns."*

Metsola reconheceu o papel crucial da Polónia no apoio à Ucrânia, referindo-se à *"solidariedade demonstrada pelo povo polaco"* e à *"assistência significativa fornecida aos refugiados ucranianos."* afirmou que este apoio é *"um exemplo brilhante de humanidade e unidade europeia."*

A Presidente também abordou questões relacionadas com o Estado de Direito, destacando que *"a democracia e o respeito pelo Estado de Direito são fundamentais para a nossa União."* Enfatizou a importância de *"garantir que todos os Estados-Membros respeitem estes princípios"* para manter a confiança mútua e a coesão dentro da UE.

Metsola concluiu o seu discurso apelando à unidade e cooperação, afirmando que *"juntos, podemos construir uma Europa mais forte, mais justa e mais resiliente."* Reiterou o compromisso do PE em *"trabalhar em estreita colaboração com a Polónia"* para alcançar objetivos comuns e enfrentar os desafios futuros.

Ainda não foram anunciadas publicamente as prioridades da Presidência polaca do Conselho da UE mas, a avaliar pelas declarações públicas já feitas pelo Primeiro-Ministro polaco, Donald Tusk, e por outros membros do Governo, podemos antecipar os principais eixos desta Presidência. Assim, o tema central da Presidência será a **"segurança"**, estruturada em torno de **sete pilares principais**: *segurança externa, energia, estabilidade económica, segurança alimentar, ação climática, saúde e informação* (guia do Político [aqui](#)):

1. Segurança

- A segurança externa e militar será uma prioridade, especialmente face ao conflito em curso na Ucrânia.
- A Polónia planeia reforçar as capacidades de defesa da UE e aprofundar a cooperação transatlântica.

2. Segurança Energética

- Garantir fornecimentos de energia estáveis e sustentáveis é essencial.

- A Presidência pretende reduzir a dependência energética externa, acelerar a transição energética com tecnologias europeias e diminuir custos para aumentar a competitividade.

3. Competitividade Económica

- Fortalecer a estabilidade económica da UE através da reforma dos quadros financeiros.
- Aumentar os fundos disponíveis para os beneficiários e promover o empoderamento das regiões.

4. Alargamento da UE

- Facilitar a adesão de países como a Ucrânia, a Moldávia e os Balcãs Ocidentais será uma meta central.
- A Polónia deseja avançar o processo de integração europeia destas nações.

5. Segurança Alimentar e Climática

- Reconciliar objetivos agrícolas e climáticos enquanto se assegura a competitividade do setor.
- O fortalecimento da segurança alimentar e o combate aos desafios climáticos serão prioridades.

6. Segurança na Saúde

- Reforçar a independência da UE na produção de medicamentos e abordar desafios de saúde mental, especialmente entre os jovens.

7. Segurança da Informação

- Combater a desinformação, melhorar a cibersegurança e lidar com os impactos da realidade virtual na saúde mental.

3. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

ECON

Em 4 de dezembro de 2024, a **Presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde**, participou num [Diálogo Monetário com a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários](#) do PE. Durante a sessão, os Deputados questionaram-na sobre as medidas do BCE face ao atual ambiente económico, marcado por elevada incerteza e pressões inflacionistas. Lagarde abordou a trajetória da **inflação**, indicando que esta está a aproximar-se da **meta de 2%**, mas salientou que o BCE necessita de mais informações para confirmar esta tendência. A Presidente também discutiu as recentes decisões de política monetária, incluindo a redução da taxa de facilidade de depósito em 25 pontos base, continuando a flexibilização iniciada em junho. Os membros da Comissão expressaram preocupações sobre a eficácia das medidas do BCE no contexto económico atual e questionaram Lagarde sobre as estratégias futuras para assegurar a estabilidade económica e financeira na zona euro. A Presidente reafirmou o compromisso do BCE em monitorizar de perto a evolução económica e ajustar as políticas conforme necessário para atingir os objetivos de estabilidade de preços e apoio à recuperação económica. A **intervenção inicial de Lagarde** está disponível [aqui](#) e salientamos o seguinte:

- **Política Monetária e Inflação:** Lagarde destacou que o BCE decidiu reduzir as taxas de juro diretoras em 25 pontos base, com o objetivo de assegurar que a inflação retorne à meta de 2% no médio prazo. Esta decisão baseou-se numa avaliação atualizada das perspetivas de inflação, da dinâmica da inflação subjacente e da intensidade da transmissão da política monetária. A Presidente enfatizou que o BCE

manterá uma abordagem dependente dos dados, avaliando as condições económicas e financeiras em cada reunião para determinar o nível e a duração apropriados da restritividade monetária.

- **Crescimento Económico:** observou que a atividade económica na área do euro tem sido ligeiramente mais fraca do que o esperado, com a produção industrial a mostrar volatilidade e as exportações a diminuir, especialmente no setor de bens. No entanto, o mercado de trabalho mantém-se robusto, com a taxa de desemprego em mínimos históricos. Lagarde expressou a expectativa de que a economia se fortaleça ao longo do tempo, à medida que as rendas reais melhoram, permitindo um aumento do consumo das famílias.
- **Riscos e Desafios:** Lagarde identificou riscos descendentes para o crescimento económico, incluindo a possibilidade de uma recuperação mais lenta do consumo e do investimento devido a uma confiança reduzida, bem como potenciais disrupções no fornecimento de energia e no comércio global resultantes de tensões geopolíticas, como a guerra na Ucrânia e conflitos no Médio Oriente. Por outro lado, reconheceu que a inflação interna permanece elevada, impulsionada por pressões salariais significativas, embora se espere que estas pressões moderem gradualmente.
- **Política Fiscal e Estrutural:** sublinhou a importância de políticas fiscais e estruturais que melhorem a produtividade, a competitividade e a resiliência da economia. Enfatizou a necessidade de implementar sem atrasos o quadro de governação económica revisto da União Europeia, ajudando os governos a reduzir de forma sustentável os défices orçamentais e as rácios de dívida.
- **Condições Financeiras e Monetárias:** observou que as condições de financiamento permanecem restritivas, embora os critérios de concessão de crédito a empresas tenham estabilizado após um período de endurecimento. A procura de empréstimos por parte das empresas aumentou pela primeira vez em dois anos, e os empréstimos hipotecários registaram um ligeiro crescimento.

IMCO

A 3 de dezembro, a Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores (IMCO) do PE organizou uma [audição com representantes do TikTok](#) para avaliar a conformidade da plataforma com o Regulamento dos Serviços Digitais (DSA) da União Europeia, especialmente no contexto das recentes eleições em alguns países europeus, nomeadamente na **Roménia** (como demos nota na [Síntese](#) anterior). Esta semana, o Presidente romeno cessante, Klaus Iohannis, **autorizou a divulgação de documentos de inteligência desclassificados** que revelam que Călin Georgescu, um dos candidatos à presidência da Roménia, beneficiou de uma campanha no TikTok semelhante às operações de influência conduzidas pelo Kremlin na Ucrânia e na Moldávia. Esta campanha envolveu influenciadores pagos, membros de grupos de extrema-direita e indivíduos ligados ao crime organizado, que promoveram a candidatura de Georgescu *online* (notícia mais desenvolvida [aqui](#)). Já nesta sexta-feira, soube-se que **o Tribunal Constitucional romeno anulou a eleição presidencial, cuja segunda volta estava agendada para este domingo** (notícia [aqui](#))

PETI - audições para provedor de Justiça da UE

O PE está a preparar-se para a **eleição do novo Provedor de Justiça Europeu**, agendada para 17 de dezembro de 2024, durante a sessão plenária em Estrasburgo. Este processo ocorre no início de cada legislatura ou em caso de vacatura do cargo, conforme estipulado no artigo 237.º do Regimento do Parlamento Europeu. O Provedor de Justiça Europeu é eleito por maioria dos votos expressos pelos deputados ao Parlamento Europeu, após um convite à apresentação de candidaturas e uma avaliação pela Comissão das Petições. O mandato tem a duração da legislatura e é renovável. Este cargo é fundamental para assegurar a transparência e a boa administração nas instituições da UE, investigando queixas de má administração e promovendo os direitos dos cidadãos.

A Comissão de Petições do Parlamento Europeu realizou [audições públicas](#), no dia 3 de dezembro de 2024, com os seis candidatos ao cargo de Provedor de Justiça Europeu. O objetivo foi avaliar as competências e

prioridades de cada candidato para este papel essencial, que visa garantir transparência e boa administração nas instituições da União Europeia. Durante as audições, os candidatos destacaram propostas para melhorar o acesso dos cidadãos à justiça e combater a má administração no âmbito da UE, refletindo a diversidade de abordagens e experiências trazidas por cada um.

Entre os seis candidatos ao cargo encontra-se **Teresa Anjinho**, ex-secretária de Estado da Justiça e antiga provedora-adjunta de Justiça em Portugal. Atualmente, Teresa Anjinho integra o Comité de Fiscalização do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

Durante a audição pela Comissão de Petições do PE, Teresa Anjinho enfatizou a importância de priorizar as queixas individuais dos cidadãos, considerando este o *"cerne de um gabinete de provedoria"*. Comprometeu-se a trabalhar com dedicação para que "todos os cidadãos sejam tratados com justiça e equidade". Além disso, destacou a necessidade de garantir o acesso efetivo a documentos, reconhecendo que, por vezes, esse acesso é tão complicado que, na prática, não existe.

Os outros candidatos ao cargo são a austríaca Cláudia Mahler, a estónia Júlia Laffranque, o holandês Reinier van Zutphen e os italianos Emílio de Capitani e Marino Fardelli.

AFET

A 5 de dezembro de 2024, a Comissão de Assuntos Externos do PE (AFET) **condenou veementemente a repressão exercida pelo governo da Geórgia sobre a oposição política e manifestantes pró-europeus**, no seguimento do havíamos dado nota na [Síntese](#) anterior. Com efeito, os protestos surgiram após o primeiro-ministro da Geórgia, Irakli Kobakhidze, ter anunciado que a abertura de negociações de adesão com a UE seria retirada da agenda da Geórgia e que o país recusaria subvenções orçamentais da UE até ao final de 2028, *«quando a Geórgia estiver devidamente preparada do ponto de vista económico para encetar negociações para se tornar membro em 2030»* (notícia [aqui](#)).

Os Deputados expressaram profunda preocupação com as ações das autoridades georgianas, que incluem detenções arbitrárias, uso excessivo da força e restrições à liberdade de expressão e de reunião pacífica. Estas medidas são vistas como uma ameaça significativa aos valores democráticos e aos direitos humanos fundamentais. O PE apela ao governo da Geórgia para que respeite plenamente os direitos dos cidadãos de se expressarem e protestarem pacificamente, instando as autoridades georgianas a libertarem imediatamente todos os detidos por exercerem os seus direitos democráticos e a assegurarem investigações imparciais sobre quaisquer abusos cometidos pelas forças de segurança. (notícias [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)).

Recorde-se que, a 1 de dezembro, a Comissão Europeia e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança emitiram uma declaração conjunta ([aqui](#)) expressando profunda preocupação com a repressão contínua de manifestantes pacíficos e membros da oposição na Geórgia. A declaração enfatiza que tais ações são incompatíveis com os valores fundamentais da União Europeia, nomeadamente a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos. A Comissão apela às autoridades georgianas para que respeitem plenamente os direitos dos cidadãos à liberdade de expressão e de reunião pacífica, e para que libertem imediatamente todas as pessoas detidas por exercerem estes direitos.

Além disso, a declaração sublinha que o compromisso da Geórgia com os princípios democráticos é essencial para o seu processo de integração europeia. A Comissão Europeia reafirma o seu apoio ao povo georgiano nas suas aspirações europeias e insta o governo da Geórgia a alinhar as suas ações com os valores e normas da União Europeia, de modo a avançar no caminho da adesão. A declaração conclui com um apelo ao diálogo construtivo entre todas as partes envolvidas, como meio de resolver as atuais tensões políticas no país.

SEDE

O novo Comissário para a Defesa e Espaço, **Andrius Kubilius**, apresentou a 5 de dezembro, na subcomissão de Segurança e Defesa do PE, as linhas gerais do Livro Branco sobre a defesa, que deverá ser publicado nos primeiros 100 dias do seu mandato. Kubilius destacou que este documento identificará as principais ameaças à União Europeia, com a **Rússia** como a urgência imediata e a China como um desafio estratégico a longo prazo. Sublinhou que a crescente influência da China poderá desviar a atenção dos Estados Unidos da Europa, tornando imperativa uma resposta coordenada e forte da UE.

Durante a sessão, vários Deputados argumentaram que as ameaças enfrentadas pela UE vão além da Rússia, apontando para outros desafios como o Irão, a China e o terrorismo. Kubilius defendeu que a UE deve abandonar a abordagem incremental e adotar um plano ambicioso, ou "*big bang*", para responder aos desafios, sem competir diretamente com a NATO, mas complementando os seus esforços. Explicou que o *Livro Branco* será estruturado em **três capítulos principais**: a Ucrânia, o fortalecimento das capacidades europeias e o financiamento da defesa.

Sobre a **Ucrânia**, Kubilius apelou aos Estados-Membros para que intensifiquem os seus esforços, com planos claros e financiamento adequado, não apenas para assistência militar, mas também para combater a guerra de narrativas. Destacou que o apoio militar europeu à Ucrânia equivale a menos de 0,1% do PIB da UE, o que representa um contributo aquém das necessidades face ao contexto geopolítico. Em relação às capacidades europeias, o comissário defendeu a criação de um "plano de produção industrial" com compras conjuntas e contratos a longo prazo para impulsionar a produção da indústria de defesa europeia.

Kubilius sublinhou a necessidade de **aumentar os fundos para defesa no próximo Quadro Financeiro Plurianual**, mas salientou que este só entrará em vigor em 2028, requerendo fontes de financiamento alternativas no curto prazo. Referiu ainda que, se a UE destinasse 1% do seu PIB à defesa, poderia mobilizar 200 mil milhões de euros adicionais. Questionado sobre a possibilidade de criar obrigações de defesa, Kubilius sugeriu que estas poderiam ser reembolsadas com base nas despesas nacionais de defesa, permitindo que uma pequena percentagem do PIB (0,1%) financiasse 20 mil milhões de euros. Esta visão reflete um apelo à ambição e à cooperação europeia na construção de uma política de defesa robusta e eficaz.

4. NATO - REUNIÃO MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nos dias 3 e 4 de dezembro de 2024, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reuniram-se em Bruxelas para abordar a crescente campanha de ações hostis por parte da Rússia nos países membros da Aliança. O Secretário-Geral, Mark Rutte, destacou que tanto a Rússia quanto a China têm procurado desestabilizar as

nações aliadas e dividir as sociedades através de sabotagens, ciberataques e chantagem energética. Em resposta, os ministros concordaram em implementar medidas como o reforço da troca de informações de inteligência, a realização de mais exercícios conjuntos, a melhoria da proteção das infraestruturas críticas, o fortalecimento da defesa cibernética e ações mais rigorosas contra a "*frota sombra*" de navios exportadores de petróleo da Rússia. Rutte enfatizou a



importância de uma colaboração estreita com a União Europeia nestas questões.

Durante o encontro, os ministros também se reuniram com o Rei Abdullah II da Jordânia para discutir a situação no Médio Oriente e a necessidade de uma cooperação mais estreita com os parceiros da região. Além disso, no âmbito do Conselho NATO-Ucrânia, encontraram-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Andrii Sybiha, e com a nova Alta Representante da UE, Kaja Kallas, para debater as necessidades urgentes da Ucrânia, especialmente no fornecimento de munições críticas e sistemas de defesa aérea, face à intensificação dos ataques russos e ao envolvimento de tropas e armamento norte-coreanos. Rutte sublinhou que o apoio contínuo à Ucrânia é uma prioridade, assegurando que, quando chegar o momento, o país possa negociar a paz a partir de uma posição de força.

Importa, ainda, dar nota de que o *Secretário-Geral da NATO deu esta semana uma entrevista ao Financial Times* ([aqui](#), para assinantes), em que alerta que, caso a Ucrânia seja pressionada a aceitar um acordo de paz desfavorável, os Estados Unidos enfrentarão uma "ameaça terrível" à sua segurança. Rutte enfatizou que tal desfecho fortaleceria adversários como a China, a Rússia, o Irão e a Coreia do Norte, aumentando os riscos para os EUA. Estas declarações surgem num contexto de preocupações de que uma possível administração liderada por Donald Trump possa reduzir o apoio à Ucrânia, o que, segundo Rutte, seria um erro estratégico. Rutte destacou que a vitória da Ucrânia é crucial não apenas para a segurança europeia, mas também para a estabilidade global, incluindo a dos Estados Unidos. Esta entrevista surge após o encontro de Mark Rutte com o Presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, em Palm Beach, Florida, para discutir questões globais de segurança. Durante o encontro, Rutte enfatizou a importância de manter o apoio à Ucrânia face à agressão russa, alertando que um acordo de paz desfavorável para Kiev poderia encorajar adversários como a China, o Irão e a Coreia do Norte, representando uma ameaça significativa para os EUA.

Rutte destacou que a colaboração crescente entre Moscovo, Pequim e Teerão, incluindo o fornecimento de tecnologia militar da Rússia para a Coreia do Norte, aumenta os riscos para a segurança global. Sublinhou que um acordo de paz que não favoreça a Ucrânia poderia levar a uma maior agressividade chinesa em relação a Taiwan, afetando diretamente os interesses dos EUA. O Secretário-Geral da NATO apelou à administração Trump para continuar a apoiar a Ucrânia e a manter o compromisso com os aliados da NATO, reforçando a importância de uma posição de força nas negociações de paz.

5. MERCOSUL

Tal como antecipado ao longo das últimas Sínteses, em 6 de dezembro de 2024, a UE chegou a um acordo político com os quatro membros fundadores do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) para um Acordo de Parceria UE-Mercosul. Recorde-se que as actuais relações comerciais entre a UE e o Mercosul baseiam-se num Acordo-Quadro de Cooperação inter-regional, que entrou em vigor em 1999.

As negociações UE-Mercosul tiveram início em 2000 e, ao longo dos anos, passaram por diferentes fases.

Em maio de 2016, a UE e o Mercosul relançaram o processo de negociação, trocaram novas ofertas de acesso ao mercado e intensificaram o ritmo das negociações através da realização de rondas de negociação e reuniões a intervalos regulares. O acordo político agora alcançado visa uma Parceria ambiciosa, equilibrada e abrangente, cuja parte comercial abrange



questões como: direitos aduaneiros; regras de origem; barreiras técnicas ao comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; serviços; contratos públicos; propriedade intelectual; desenvolvimento sustentável, e PMEs.

Todos os elementos relativos a este acordo, incluindo os textos legais, estão disponíveis aqui: [Acordo UE-Mercosul](#).

Recorde-se que este acordo tem a oposição de alguns países (França, Áustria, Irlanda, Países Baixos e Polónia), sendo que existem várias análises ([aqui](#), ou [aqui](#)) que enunciam as dificuldades que os próximos meses/anos trarão em matéria de aprovação deste acordo no Conselho da UE. O PE manifestou já o regozijo pela conclusão do acordo (detalhe [aqui](#)), sendo que o PE anunciou que irá examinar atentamente o texto. O Parlamento Europeu deve dar a sua aprovação para que qualquer acordo internacional possa ser concluído e entrar em vigor. A Comissão AFET será responsável pela análise da parte do acordo relativa ao diálogo político e à cooperação, enquanto a Comissão do Comércio Internacional será responsável pela parte relativa ao comércio.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROJUST¹

A [5ª Reunião interparlamentar anual de avaliação das atividades da Eurojust](#) realizou-se no dia 2 de dezembro, no PE, em Bruxelas. Na reunião participaram membros dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, com o objetivo de avaliar as atividades atuais e futuras da Eurojust, discutir o contributo da Eurojust na luta contra a criminalidade organizada e o tráfico de droga, bem como as respostas da Eurojust à guerra na Ucrânia.

A Assembleia da República foi representada pela Senhoras e Senhor Deputado Eva Brás Pinho (PSD-PPE), Pedro Vaz (PS - S&D) e Ana Sofia Antunes (PS - S&D). Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da LIBE, Javier Zarzalejos. Após a sessão de abertura, na qual intervieram o Presidente da LIBE e o Vice-presidente da Comissão de Justiça do Parlamento húngaro, László Vigh, teve lugar o discurso de abertura de Michael McGrath, comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito.

Na sessão I, o Presidente da Eurojust, Michael Schmid, apresentou o [Relatório Anual de 2023 da Eurojust](#) e as perspetivas futuras da mesma. A Sessão II - Contributo da Eurojust na luta contra a criminalidade organizada e o tráfico de droga, iniciou-se pelas intervenções de Boštjan Škrlec, Vice-Presidente da Eurojust, e de José de la Mata, Membro do Colégio da Eurojust. A Sessão III - As respostas da Eurojust à guerra na Ucrânia, começou com intervenções de Margarita Šniutytė-Daugėlienė, Vice-Presidente da Eurojust e de Myroslava Krasnoborova, Procuradora de Ligação para a Ucrânia na Eurojust.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

EPSCO

O Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO) da UE reuniu-se para abordar questões nas áreas de emprego, política social e saúde. A [2 de dezembro de 2024](#), os ministros aprovaram conclusões sobre a escassez de mão de obra e competências na UE, com ênfase na mobilização do potencial laboral não aproveitado. As conclusões concentram-se em duas das cinco áreas identificadas para ação: auxiliar pessoas sub-representadas a aceder ao mercado de trabalho e apoiar competências, formação e mobilidade. A [3 de dezembro de 2024](#), o Conselho adotou uma [recomendação destinada a reduzir a exposição ao fumo passivo e aos aerossóis](#), visando alcançar uma geração livre de tabaco na Europa até 2040, conforme estabelecido no Plano Europeu de Luta contra o Cancro. A recomendação incentiva os países da UE a ampliar a proteção existente contra a exposição ao fumo passivo para incluir áreas exteriores chave, como parques infantis e esplanadas de

¹ Ponto elaborado por Ricardo Pita, assessor da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

restaurantes. As novas medidas também se aplicam a produtos de tabaco emergentes e relacionados, como cigarros eletrónicos e produtos de tabaco aquecido.

Conselho TTE

O Conselho de Transportes, Telecomunicações e Energia (TTE) da UE reuniu-se em Bruxelas para deliberar sobre questões nos setores dos transportes e das telecomunicações. A [5 de dezembro de 2024](#), os ministros dos Transportes acordaram uma posição comum (abordagem geral) sobre a diretiva relativa às habilitações para conduzir com efeito em toda a União, o regulamento sobre os direitos dos passageiros em viagens multimodais e o regulamento sobre a aplicação dos direitos dos passageiros na UE. Além disso, o Conselho analisou um relatório de progresso sobre a diretiva de transporte combinado, parte do pacote "*transporte de mercadorias ecológico*", que procura promover a mudança do transporte rodoviário para modos mais sustentáveis. A [6 de dezembro](#) (telecomunicações), os ministros discutiram a proposta de regulamento destinada a reduzir os custos de implantação de redes de comunicações eletrónicas de gigabit (ato de infraestrutura de gigabit). O objetivo é acelerar a implementação de redes de alta velocidade na UE, facilitando a transição digital e garantindo conectividade de qualidade para todos os cidadãos. Além disso, o Conselho abordou o progresso do ato de solidariedade cibernética, que visa reforçar a capacidade da UE de detetar, preparar e responder a ameaças e incidentes de cibersegurança.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões Parlamentares do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [11 de dezembro](#). É de notar que, segundo este planeamento, a **adoção do Programa de Trabalho da Comissão para 2025 está prevista para o dia 11 de fevereiro**.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 9 e 10 dezembro: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Eurogrupo](#); [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); 12 de dezembro: [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Assuntos Internos](#).

Cooperação interparlamentar

Terá lugar, a 12 de dezembro, a *reunião anual sobre o Estado de direito na UE*, organizada pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE. O detalhe está disponível [aqui](#) e a delegação da Assembleia da República composta por: Sr. *Deputado Pedro Neves de Sousa (PSD)* e pela Sra. *Deputada Isabel Moreira (PS)*, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pelos Srs. *Deputados Ricardo Araújo (PSD)* e *Manuel Pizarro*, pela Comissão de Assuntos Europeus.

Bruxelas | 6 de dezembro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).